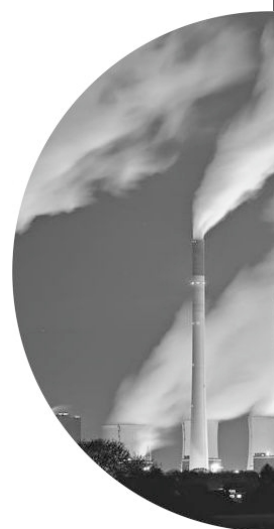


POLICY BRIEF 2015

*CONSULTA MUNDIAL
SOBRE CLIMA E ENERGIA:
a opinião dos
portugueses*

Luísa Schmidt
Ana Delicado
Susana Fonseca



WORLD WIDE VIEWS

Consulta Mundial sobre Clima e Energia

www.facebook.com/WWViewClimaEnergiaPT

Em junho de 2015 realizou-se uma consulta pública mundial, World Wide Views sobre clima e energia, cujos principais objetivos foram:

- 1 Suscitar o interesse dos cidadãos pelo problema das alterações climáticas, informá-los sobre os assuntos que estão a ser negociados e envolvê-los no debate sobre as soluções nacionais e internacionais;
- 2 Fazer ouvir a voz dos cidadãos, recolhendo as suas opiniões sobre as decisões a serem tomadas na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21), que se realizará em Paris, em Dezembro de 2015;
- 3 Informar os decisores presentes na cimeira sobre as opiniões e expectativas dos cidadãos em relação às decisões tomadas na COP21, que irão afetar a vida de todos.

Os resultados deste debate global de cidadãos estão disponíveis online e foram comunicados não só aos negociadores da COP21, mas também a governos, funcionários da administração, instituições europeias e das Nações Unidas, autoridades locais, empresas, etc.

Esta consulta pública foi promovida pelo secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público, o *Danish Board of Technology Foundation* e a *Missions Publiques*, com o apoio do Governo Francês, anfitrião da Convenção das Partes de 2015 – COP21¹.

Este *policy brief* apresenta os resultados da consulta pública em Portugal e compara-os com os resultados obtidos a nível mundial e na União Europeia.

Coordenação: Luísa Schmidt e Ana Delicado

Equipa: Luísa Schmidt, Ana Delicado e Susana Fonseca

Parceiros: Embaixada Francesa e Instituto de Tecnologia Química e Biológica - Mara Almeida

Apoios: Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; Agência Portuguesa do Ambiente; Fundação Calouste Gulbenkian; EDP; Veolia; Geneng; Neoen.

¹ Iniciativa coordenada pela *Danish Board of Technology* em colaboração com *Missions Publiques* e a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público e implementada pelos parceiros que constituem a Aliança *World Wide Views*

METODOLOGIA

6 de junho de 2015 / 97 debates / 76 países / 10 000 cidadãos.

Em Portugal o evento decorreu no **ICS-ULisboa**, tendo participado **108 cidadãos** de diferentes estratos etários, género, níveis educacionais e origens geográficas.

O evento foi dividido em **cinco** sessões temáticas:

- a importância de intervir sobre as alterações climáticas;
- os instrumentos para intervir;
- as negociações das Nações Unidas e compromissos nacionais;
- justiça e distribuição de esforços;
- cumprimento e manutenção das promessas sobre o clima.

No início de cada sessão foi apresentado um vídeo de enquadramento, seguido de debate entre os cidadãos presentes em cada uma das 14 mesas (cada mesa tinha cerca de oito pessoas). Após o debate nas mesas, foi solicitado a cada cidadão que expressasse a sua opinião através da resposta a um questionário, tendo-se realizado, ao todo, cinco questionários temáticos.

Os dados foram sendo integrados na base de dados à medida que as mesas iam votando sobre cada tema, com o intuito de os poder disponibilizar quase de imediato. Para garantir uma abordagem mais enriquecedora e possibilitar a integração de dados qualitativos na análise dos resultados, cada uma das mesas teve, para além de um moderador, um relator, com a incumbência de tomar notas sobre as discussões mais relevantes e os diferentes pontos de vista apresentados em cada um dos momentos de debate.

Os resultados obtidos nesta consulta pública, bem como uma descrição mais exaustiva dos procedimentos, estão disponíveis num relatório global (Bedsted et al. 2015) e num nacional (Fonseca, Schmidt e Delicado 2015).



TEMA 1

SENSIBILIDADE SOBRE O TEMA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

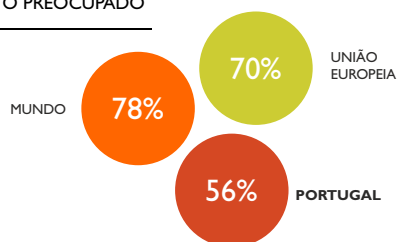
A PREOCUPAÇÃO

Esta consulta pública revelou uma elevada preocupação com o tema das alterações climáticas: 56% dos participantes afirma-se muito preocupado e 43% preocupado, o que perfaz 98%.

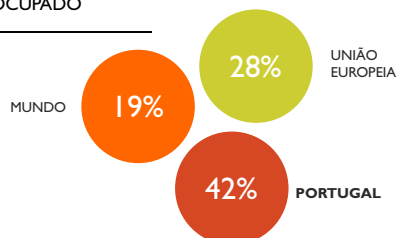
No entanto, quando se comparam os resultados nacionais com os resultados registados a nível mundial e ao nível dos países da União Europeia que participaram nesta iniciativa, Portugal apresenta um menor nível de preocupação do que o registado pela comunidade internacional.

Em Portugal o número de respostas na categoria «muito preocupado» atinge os 56%, ao passo que a nível mundial (78%) e ao nível da UE (70%) os resultados nesta categoria são mais expressivos.

MUITO PREOCUPADO



PREOCUPADO



“Confesso que no meu dia-a-dia não penso nestas coisas. Quando vejo notícias sobre tufões e afins eu penso, mas se não vir, não penso. Por isso, deveria fazer-se algo que nos fizesse pensar nisso no dia-a-dia.”



A PERSPETIVA SOBRE O DESAFIO PARA A VIDA DE CADA UM

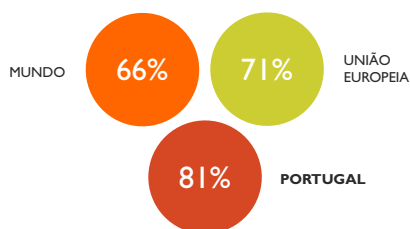
Quanto ao impacto que as medidas para combater as alterações climáticas podem ter na qualidade de vida das sociedades, observa-se o claro reconhecimento (81%) de que as medidas que terão que ser tomadas para combater as alterações climáticas são uma oportunidade para melhorar essa qualidade de vida. Apenas 15% olham para estas medidas como uma ameaça.

Portugal destaca-se na comparação internacional: os seus cidadãos com maior frequência encaram as medidas necessárias para combater as alterações climáticas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida.

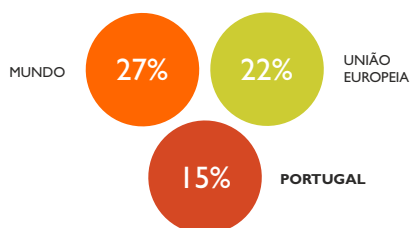
Esta perspetiva positiva parece ancorar na consciência de que as medidas de combate às alterações climáticas poderão ter um impacto significativo na vida quotidiana e implicar mudanças.

Mas se uns sublinham a importância de recuperar alguns hábitos antigos de maior contenção no consumo e de reutilização de materiais, para além de reforçarem muito a ideia de que a mudança só será possível através da educação, outros preferem colocar a tónica nas potencialidades da inovação e desenvolvimento tecnológico, para tornar mais sustentáveis os hábitos de conforto, sem grandes alterações no quotidiano.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COMO OPORTUNIDADE PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COMO OPORTUNIDADE PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA



MITIGAR OU ADAPTAR

Sobre o âmbito privilegiado das ações para combater as alterações climáticas no futuro próximo, nomeadamente se o foco deverá ser mais na mitigação (medidas que evitem o agravamento das alterações climáticas), ou na adaptação (medidas que preparem as populações e as infraestruturas para os impactos das alterações climáticas), a resposta mais frequente aponta para a necessidade de combinar as duas estratégias (52% defendem esta posição).

Ainda assim, um número significativo de respostas (41%) aponta para a necessidade das medidas políticas se centrarem essencialmente nos esforços de mitigação das alterações climáticas, ou seja, na redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Portugal destaca-se de forma muito evidente dos resultados observados no contexto mundial e da UE, com quase o dobro das respostas a apontar no sentido da mitigação, ainda que, em qualquer dos três casos analisados, a resposta maioritária seja sempre a da conjugação de estratégias – mitigação e adaptação.

FOCO SOBRETUDO NA ADAPTAÇÃO



FOCO SOBRETUDO NA MITIGAÇÃO



FOCO EM AMBAS



ESTARÁ O PAÍS A DESEMPENHAR O SEU PAPEL?

Sobre a forma como Portugal está a lidar com a questão das alterações climáticas, a maioria considera que o assunto não é ainda uma prioridade nacional, mas deveria sê-lo (59%). Outros 28% consideram que as alterações climáticas já são uma prioridade nacional e concordam que assim seja.

Em Portugal existe uma visão mais pessimista em relação à prioridade dada ao tema no país do que no conjunto dos países participantes a nível mundial e a nível da União Europeia, onde as respostas apontam de forma expressiva que o tema já é uma prioridade e assim deve ser. A opção de resposta mais selecionada em qualquer um dos três contextos em comparação é a de que as alterações climáticas ainda não são uma prioridade, mas deveriam sê-lo.

AS AC SÃO UMA PRIORIDADE E É ASSIM QUE DEVE SER



AS AC NÃO SÃO UMA PRIORIDADE, MAS DEVIAM SÊ-LO



A URGÊNCIA DA AÇÃO

O grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, que passa por fazer tudo o que for necessário para limitar a subida da temperatura, de modo a não ultrapassar os 2 graus Celsius, vai no sentido da assunção de uma posição exigente para com os resultados da COP21.

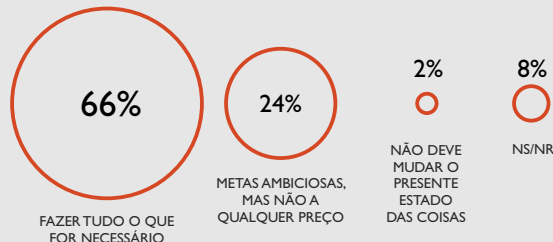
- **66%** considera que o acordo deve conter as medidas e os objetivos necessários para cumprir a meta global de manter o aumento da temperatura até 2 graus Celsius.

- **24%** defende que a posição deveria ser um pouco mais cautelosa e, embora assumindo metas e ações ambiciosas, não o fazer sem uma ponderação de outros aspetos que possam contrabalançar a ambição.

“Mais vale prevenir. Eu prefiro pagar algo aos bombeiros para eles prevenirem o fogo, do que pagar depois todo o prejuízo provocado pelo incêndio.”

GRÁFICO I

O QUE DEVERIA SER DECIDIDO EM PARIS SOBRE O MODO COMO O MUNDO DEVE INTERVIR EM RELAÇÃO AO PROBLEMA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS?



RECOMENDAÇÕES

Os níveis de preocupação com as alterações climáticas, o otimismo quanto aos impactos das medidas de combate na vida quotidiana e o apoio expresso a uma intervenção decisiva sobre este problema indicam que a opinião cidadã está a favor de políticas mais incisivas de combate às alterações climáticas. A opinião expressa que os governos não têm feito o suficiente face a este problema reforça isto mesmo. Recomenda-se:

1

REFORÇO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA

O reforço das medidas de política a nível nacional, tanto na dimensão de mitigação como de adaptação às alterações climáticas

2

A TRANSVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS

A transversalização das políticas de alterações climáticas às diversas áreas governamentais, visando uma governança multinível, com forte reactivação do PNAC* e da ENAAC*

3

EMPENHO NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

O empenho nas negociações internacionais dos representantes do Estado português para atingir acordos mais ambiciosos e vinculativos

TEMA 2

POSSÍVEIS ABORDAGENS E INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

A RESPONSABILIDADE PELA AÇÃO

Perante a necessidade de identificar os principais responsáveis por intervir sobre o tema das alterações climáticas, constata-se que a intervenção à escala da governação nacional parece estar descredibilizada, já que os cidadãos selecionaram de forma destacada o enquadramento global (através de um acordo internacional sobre clima) (72%) e a intervenção dos próprios cidadãos, quer por si, quer em iniciativas da sociedade civil (48%). Os governos nacionais, as empresas e o setor privado ou a administração local foram muito pouco assinalados.

ABORDAGENS E INSTRUMENTOS PREFERENCIAIS PARA REDUZIR AS EMISSÕES

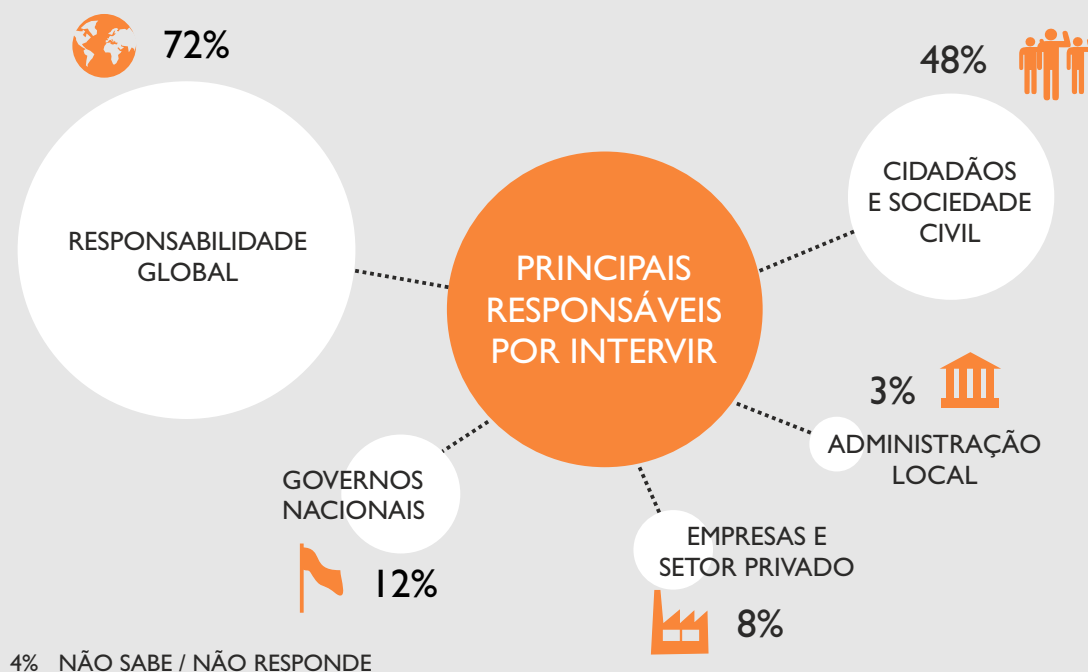
Quando questionados sobre quais as medidas que preferem para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, as preferências recaíram sobre:

- Apoiar as fontes de energia com baixa emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis (57%);
- Apoiar a investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono (por exemplo baterias para automóveis eficientes) (32%);
- Cortar os subsídios aos combustíveis fósseis (32%);
- Criar novas instituições e implementar práticas socioeconómicas (31%).

A integração dos resultados a nível mundial e da União Europeia permite verificar:

- Um amplo consenso em relação ao apoio às energias com baixa emissão de carbono (energias renováveis);
- O apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono tem maior apoio na UE e no mundo, do que em Portugal; ►

GRÁFICO 2 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS POR INTERVIR SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



► - Os instrumentos que permitem atribuir um preço ao carbono conhecem muito maior apoio além-fronteiras (mundo – 21%; UE – 20%; Portugal – 7%).

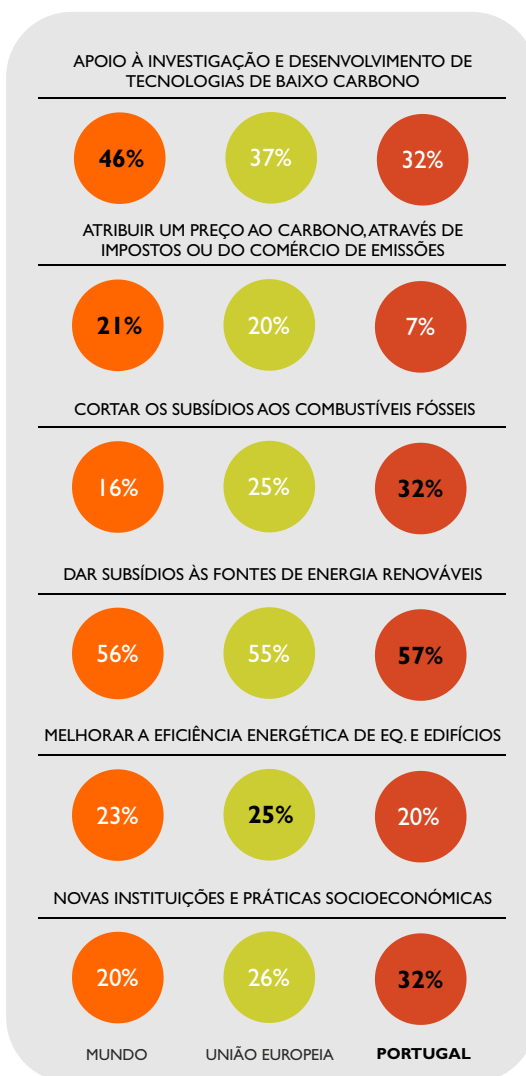
- O corte nos subsídios aos combustíveis fósseis apresenta a variação oposta, com Portugal a apresentar o dobro das respostas registadas a nível mundial (32% vs. 16%).

Os instrumentos considerados mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa são:

- programas de educação sobre as alterações climáticas dirigidos à população em geral (74%),
- valorização do conhecimento local e/ou tradicional para o desenvolvimento de soluções (37%)
- proteção das florestas tropicais (33%).
- intervenção das Nações Unidas através de convenções ou programas (23%).

GRÁFICO 3

COMPARAÇÃO DAS MEDIDAS CONSIDERADAS MAIS EFICAZES PARA COMBATER AS AC, EM PORTUGAL, NA UE E NO MUNDO (%)



“Cada um de nós deveria fazer essa mobilização na sua localidade. Os acordos internacionais são bonitos e ficam bem no papel, mas ficam lá. Se nós não conseguirmos fazer isso localmente como é que essas coisas produzem efeitos a nível global? Não há nada global se não se agir também ao nível individual.”

RECOMENDAÇÕES

Ficou patente nos resultados da consulta pública a falta de confiança nos governos nacionais para a resolução do problema, remetida preferencialmente tanto para a esfera global como para a esfera individual. Ficou também expresso o apoio dos cidadãos a um conjunto de medidas de mitigação que devem ser postas em prática. Recomenda-se:

1

REFORÇO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

O reforço do investimento em energias renováveis e o corte de subsídios aos combustíveis fósseis

2

BENEFÍCIOS FISCAIS

A criação de benefícios fiscais para medidas de eficiência energética e utilização e produção de energias limpas

3

PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

A promoção de programas de financiamento da investigação e desenvolvimento na área das energias e das tecnologias de baixo carbono

4

PROGRAMAS MUNDIAIS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

O apoio nas negociações internacionais e adesão a programas mundiais ou europeus de redução de emissões

5

PROGRAMAS DE COMBATE ÀS AC

O desenvolvimento de programas de combate às alterações climáticas ao nível individual e comunitário, acompanhados de eficazes campanhas de divulgação e promoção

6

PROGRAMAS DE COMBATE ÀS AC

Incentivo a políticas de proximidade e pro-ativas de informação e formação

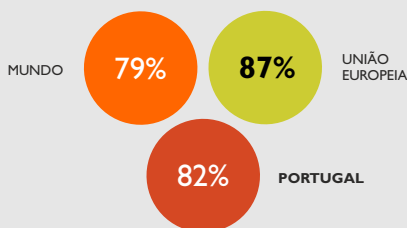
TEMA 3

CAMINHOS MAIS DESEJADOS

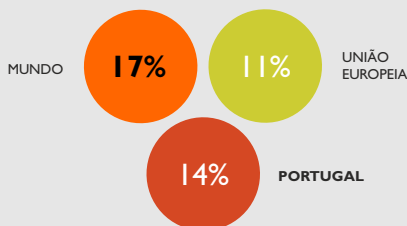
AÇÃO NACIONAL OU AÇÃO GLOBAL?

Sobre a necessidade de cada país avançar com medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, mesmo que outros países não o façam, foi claramente defendida a ideia que cada país deve, de facto, avançar com essas medidas, mesmo que outros não prossigam no mesmo sentido.

AÇÃO NACIONAL PARA REDUÇÃO DOS GEE MESMO QUE OUTROS PAÍSES NÃO O FAÇAM



AÇÃO NACIONAL PARA REDUÇÃO DOS GEE SÓ SE OUTROS PAÍSES O FIZEREM



O ACORDO DE PARIS - VINCULATIVO OU NÃO?

A natureza vinculativa ou a exigência dos seus objetivos no curto, médio e longo prazo têm fomentado um amplo debate no âmbito da preparação do futuro Acordo de Paris. Para os participantes na consulta pública mundial é claro que o futuro acordo deve incluir um objetivo de longo prazo para conseguir atingir emissões zero no final do século XXI e que tal deve ser obrigatório legalmente para todos os países.

Não obstante serem reconhecidos os problemas e dificuldades inerentes aos processos de concertação internacional, um acordo não vinculativo tende a ser visto como “pouco credível”.

Este debate acaba por incluir uma outra questão central: a das responsabilidades comuns mas diferenciadas, até hoje baseadas na classificação do nível de desenvolvimento de cada país, contida no anexo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC).

Esta classificação é hoje controversa, pois o mundo mudou muito desde 1992 e surge o debate sobre a existência de países então classificados como “em desenvolvimento”, que hoje estão praticamente ao nível dos países desenvolvidos.

Sobre este tema não existem respostas evidentes, mas registam-se duas tendências mais marcadas:

- 42% consideram que os países em desenvolvimento devem ser tratados como um terceiro grupo, com mais responsabilidades do que os países em desenvolvimento com menores rendimentos, mas com menos responsabilidades do que os países desenvolvidos;

- 33% defendem que os países em desenvolvimento mais ricos devem ter as mesmas responsabilidades do que os países desenvolvidos.

“Se foram os países desenvolvidos que provocaram esta ação, os países em vias de desenvolvimento não são tão culpados. Não podem ser prejudicados. É importante orientá-los para evitar que cometam os mesmos erros dos outros, mas permitir o seu crescimento e qualidade de vida.”

O ACORDO DEVE SER VINCULATIVO PARA TODOS OS PAÍSES

67%

74%

78%

O ACORDO SÓ DEVE SER VINCULATIVO PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS E EMERGENTES

17%

14%

15%

O ACORDO DEVE SER VOLUNTÁRIO PARA TODOS OS PAÍSES

11%

8%

5%

MUNDO

UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL

TODOS OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO DEVEM SER TRATADOS DA MESMA FORMA

19%

9%

17%

OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO MAIS RICOS DEVEM TER AS MESMAS RESPONSABILIDADES QUE OS PAÍSES DESENVOLVIDOS

23%

28%

33%

OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO MAIS RICOS DEVEM SER TRATADOS COMO UM TERCEIRO GRUPO COM RESPONSABILIDADES INTERMÉDIAS

55%

59%

42%

MUNDO

UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL



A ESTABILIDADE DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A possibilidade do Acordo de Paris assumir que os compromissos de ação climática possam ser atualizados a cada cinco anos pelos países, sem que tal implique a negociação de um novo acordo, recolheu um amplo apoio entre os participantes portugueses (94%), idêntico ao apoio registado a nível mundial (92%) e na UE (95%).

A inclusão de objetivos nacionais de curto prazo obrigatórios para todos os países foi também muito bem aceite pelos participantes na consulta mundial.

ATUALIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS DE 5 EM 5 ANOS

MUNDO

92%

95%

UNIÃO EUROPEIA

94%

PORTUGAL

OBJETIVOS NACIONAIS DE CURTO PRAZO OBRIGATÓRIOS PARA TODOS

MUNDO

71%

82%

UNIÃO EUROPEIA

86%

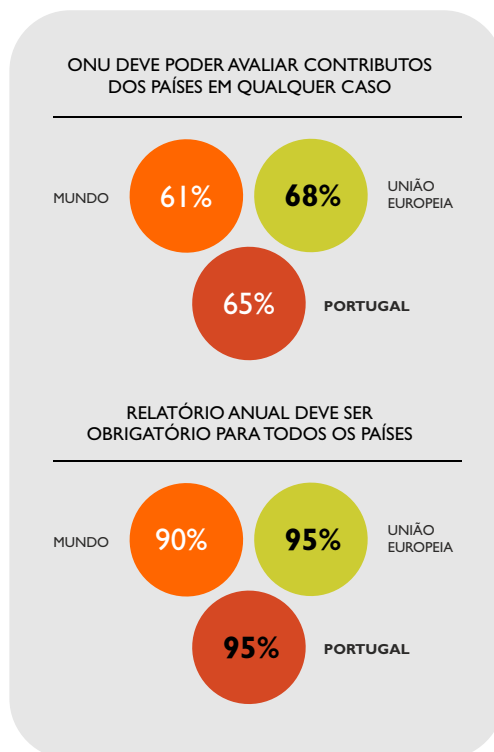
PORTUGAL

TRANSPARÊNCIA

Garantir a monitorização e fiscalização como formas de assegurar a transparência sobre o que está a ser feito e quais os seus resultados, reúne amplo consenso, não apenas a nível nacional, mas também mundial.

As Nações Unidas tendem a ser entendidas como uma entidade idónea que pode (e deve) assumir as funções de fiscalizador, quer do contributo, quer da justiça das ações climáticas dos países. Esta abordagem é defendida para aplicar a países individuais em contexto de apoio à implementação de medidas de combate às alterações climáticas.

A obrigação de realização de um relatório anual por cada país, que documente a respetiva evolução face aos objetivos propostos, foi também uma medida muito consensual em todas as áreas geográficas – Portugal, UE e Mundo.



“Só com as Nações Unidas é que será viável avançar e implementar e fiscalizar medidas. É uma entidade independente, transparente e transnacional, com todos os países lá representados. Como a ONU já foi criada para debater e tratar assuntos que dizem respeito a todos os países, não faz sentido criar outra entidade.”

RECOMENDAÇÕES

Os resultados da consulta pública indiciam um substancial apoio dos cidadãos a uma posição de força nas negociações internacionais: acordos vinculativos para todos, compromissos regularmente renovados, fiscalização do respetivo cumprimento. No entanto, reconhece-se a posição mais vulnerável dos países em desenvolvimento. Os cidadãos afirmam também o apoio à ação nacional na redução dos gases com efeitos de estufa, mesmo que os outros países não o façam. Recomenda-se:

1

CONTROLO DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

A subscrição nas negociações internacionais das medidas tendentes a uma maior exigência sobre todos os países e de controlo do seu cumprimento (transparência, monitorização e fiscalização) por parte das Nações Unidas

2

PRIORIDADE DE POLÍTICAS NACIONAIS

Independentemente do resultado das negociações, o desenvolvimento prioritário de políticas nacionais efetivas de combate às alterações climáticas

3

IMPLEMENTAÇÃO DE BASES DE DADOS

Implementação de bases de dados contemplando indicadores de escala nacional para efeitos comparativos sobre as medidas de combate às alterações climáticas

TEMA 4

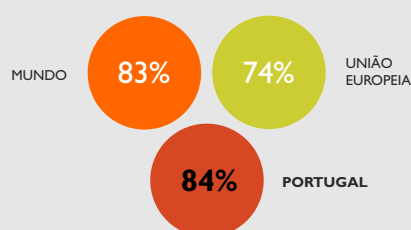
A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E O IMPACTO NAS POLÍTICAS

AS EXPECTATIVAS E A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO GLOBAL

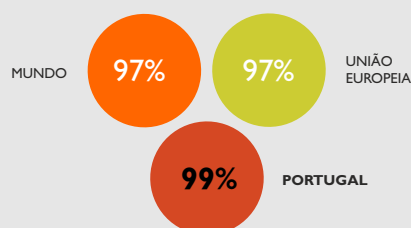
Uma larga maioria dos participantes nesta consulta (84%) acredita que os resultados teriam peso nas negociações da COP21, que se realizou em Dezembro de 2015, em Paris. Esta expectativa demonstra que acreditam que o seu esforço e contributo não foram em vão.

Existe uma unanimidade clara em considerar que eventos como este deveriam repetir-se sobre este e outros temas.

RESULTADOS VÃO SER USADOS PARA A TOMADA DE DECISÃO NA COP21 (SIM)?



DEVEM SER FEITAS NOVAS CONSULTAS GLOBAIS? (SIM)



“Apesar de existirem lobies, há organismos que podem impor alguma coisa. O papel das Nações Unidas é extremamente importante. E movimentos como este de hoje são muito úteis. (...) Eu acredito que os resultados de hoje se vão reproduzir noutros países e que isso pode vir a ter algum peso nas negociações.”

RECOMENDAÇÕES

A avaliação da participação nesta consulta pública mundial sobre clima e energia foi muito positiva, sendo elevadas expectativas de que os resultados fossem tidos em consideração pelos decisores políticos e pelos diferentes stakeholders envolvidos no processo negocial. Recomenda-se:

1

DISPONIBILIDADE DOS CIDADÃOS

Tirar partido da disponibilidade dos cidadãos para se envolverem em momentos de participação (bem organizados, com materiais de apoio e com boas condições logísticas) e, assim, ficar a conhecer as suas perspetivas sobre temas relevantes para Portugal.

2

RESULTADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Incorporar efetivamente os resultados das consultas a cidadãos no desenho das políticas públicas, de forma a manter a confiança e credibilidade dos instrumentos de participação cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bedsted, Bjorn, Yves Mathieu e Christian Leyrit. 2015. World Wide Views On Climate And Energy: From the world's citizens to the climate and energy policymakers and stakeholders. Danish Board of Technology Foundation, Missions Publiques and the French National Commission for Public Debate. [www. climateandenergy.wwwviews.org](http://www.climateandenergy.wwwviews.org)

Fonseca, Susana, Luísa Schmidt e Ana Delicado. 2015. *Relatório final da consulta mundial sobre Clima e Energia – World Wide Views on Climate and Energy – Portugal*, ICS-ULisboa

IMAGENS DO EVENTO





Observatório de Ambiente, Território e Sociedade

O OBSERVA - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade é um programa de investigação e disseminação de informação científica sobre a componente social das questões ambientais e do território, que pertence ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Tem como missão:

- Promover a compreensão dos fenómenos sociais associados à crise ambiental e ao desafio da sustentabilidade;
- Disponibilizar informação actualizada e útil a investigadores, a decisores e ao público em geral;
- Dinamizar iniciativas e eventos que estimulem a reflexão, o entendimento e a intervenção pública na busca de soluções para os problemas ambientais, numa perspectiva de cidadania participativa.

Saiba mais em

www.observa.ics.ul.pt

Edição . Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Março 2016
Depósito Legal . 405960/16
ISBN . 978-972-671-367-8
Impressão . Guideline, Lda
Tiragem . 200 exemplares